

## “EM MOÇAMBIQUE SÓ HÁ PARTIDOS DE DIREITA”:

uma entrevista com Michel Cahen

Realizada por Victor Miguel Castillo de Macedo e Joaquim Maloa\*

Michel Cahen é pesquisador do *Centre National de la Recherche Scientifique* (CNRS) no *Centre “Les Afriques dans le Monde”* (“As Áfricas no mundo”), do Instituto de Estudos Políticos da Universidade de Bordeaux, na França. Esteve à frente da organização da revista *Lusotopie*, de 1992 a 2009, uma das principais publicações acadêmicas a abordar temas relativos aos desdobramentos da experiência colonial lusitana na África e no Brasil.

Além de ser um dos grandes nomes contemporâneos da história social e política da África Colonial Portuguesa, é autor de alguns clássicos da produção historiográfica sobre colonização e vida pós-colonial nos países da África Portuguesa, tais como: *Mozambique, la révolution implosée. Études sur 12 ans d’indépendance (1975-1987)*, lançado em 1987 (Paris, L’Harmattan), e *Os outros: um historiador em Moçambique, 1994*, publicado em francês em 2002 (Paris, Fondation Calouste Gulbenkian) e em português em 2003 (Basileia, P. Schlettwein Publishing). Também publicou um livro sobre a única minoria linguística de Portugal, a comunidade mirandesda: *Le Portugal bilingue. Histoire et droits politiques d’une minorité linguistique: la communauté mirandaise*, em 2009 (Rennes, Presses Universitaires de Rennes). Recentemente, em 2012, o pesquisador lançou o livro organizado juntamente com Éric Morier-Genoud<sup>1</sup>, *Imperial migrations: colonial communities and Diaspora in the Portuguese world*. (Basingstoke, Palgrave MacMillan).

No primeiro semestre deste ano, o professor Cahen ministrou o curso “História social e política da África Portuguesa (1885-1975)”, para o Programa de

---

\* Victor Miguel Castillo de Macedo é cientista social pela Universidade Federal do Paraná e mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social pela mesma Universidade. Joaquim Maloa é cientista social moçambicano e doutorando em Geografia pela Universidade de São Paulo. A revisão técnica desta entrevista foi realizada por Benno Warken Alves e Lucas Amaral de Oliveira, ambos mestrandos do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo (PPGS/USP).

1 Éric Morier-Genoud, *lecturer* em História Africana na *Queen’s University Belfast*, do Reino Unido.

Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo (PPGS/USP), em que abordou questões e embates teórico-históricos que suas perspectivas trazem. Os estudantes/entrevistadores conformam parte do conjunto de interessados na obra desse pensador, que ultrapassa as preocupações e os métodos da disciplina histórica e alcança também sociólogos, antropólogos e demais interessados nas dinâmicas passadas e contemporâneas do continente africano.

**Revista Plural** *Primeiramente, como surgiu o interesse em estudar história da África, mais especificamente dos territórios africanos sob o domínio português?*

**Michel Cahen** Há sempre coisas na família. Meu pai era historiador também, mas um historiador do islã medieval. Isso trazia já na família um interesse pelo sul. No entanto, eu não segui os passos do meu pai, que era um grande sábio. Tenho hoje 59 anos e, quando estudava na Sorbonne, em Paris, estava no pós-Maio de 68. Então, para mim, para criar uma ligação mais forte com a militância política, era mais fácil estudar história contemporânea do que trabalhar com a Idade Média, muito embora eu gostasse desse período bem interessante. Assim, havia aquele interesse pelo sul, e todos os verões eu ia para a África viajando de carona. Por exemplo, fui de Paris para Dakar de carona. Na época, era bastante fácil, pois não havia problemas de segurança como hoje. Fui para o norte da África, Mali; enfim, todos os verões eu estava na África.

Em 1974, houve a Revolução Portuguesa, que teve uma ressonância fortíssima em todas as camadas de esquerda e de intelectuais da França. Então, surgiu a ideia – porque a revolução portuguesa tinha sido seguida pela descolonização – de fazer uma viagem para Moçambique. Mas por que Moçambique, e não Angola ou Cabo Verde? Isso foi meramente um acaso. Um camarada havia conhecido um moçambicano e uma moçambicana em Portugal. Ir para Moçambique de carona era um pouco complicado, então apanhei um avião em Londres, fui para Nairóbi, no Quênia, e depois Tanzânia, Zâmbia, Maláui e entrei em Moçambique, em uma pequena estrada no mato. Meus amigos não conseguiram entrar porque ficaram em Dar-es-Salaam, na Tanzânia, tentando obter o visto; e eu, que não tentei nada, entrei. Nem falava português ainda, mas já de início foi interessante para mim.

Naquela época – e ainda hoje –, fazia parte de correntes ligadas ao marxismo. Mas o marxismo não do tipo soviético, quer dizer, não do tipo stalinista; eu era de um marxismo contrário ao unipartidarismo. Aliás, sempre disse aos estudantes que se pode ler a totalidade da obra de Marx sem encontrar nenhuma palavra a favor do partido único, porque essa é uma noção que vem muito mais tarde, com Stalin. Assim, entrei em Moçambique em um período em que os discursos eram do

tipo “marxista-leninista”, em julho de 1975, ou seja, uma semana depois da independência do país; e havia muitas reuniões, comícios – ou, como se diz lá, *banjas*. Mas já se via que a FRELIMO<sup>2</sup> impedia todas as outras correntes, considerando-as tribalistas, reacionárias e coloniais. Só havia uma voz que se podia ouvir: a da FRELIMO, o que para mim já era um problema.

Antes de continuar, eu me esqueci de dizer que a pessoa com quem entrei no país foi um caminhoneiro português. Ficamos três dias na estrada, no mato. Ele era um antigo soldado dos comandos, tropas especiais portuguesas, que havia ficado no país. Ao lado dele, havia um *boy* – lá se diz *boy* para o doméstico. O branco podia ter o *boy* ao lado dele no caminhão; porém, logo que entrei, o *boy* foi para trás, na chapa. Comecei a pensar nisso. Também reparei que, nos três dias em que comemos juntos, nunca o *boy* comia conosco – nem mesmo comia de manhã e ao meio-dia. Perguntei ao meu anfitrião: “Mas o Pedro, ele não come?”. Ele olhou, sinceramente admirado – e isso é que é interessante –, respondendo: “Pedro? Mas Pedro só come à noite!”. Foi aí que comecei a pensar naquele tipo de colonialismo, ou o que chamo de “racismo de proximidade”. Ou seja, quando ele é o único branco, o negro pode se sentar ao lado dele, mas logo que aparece um equiparado, um branco, um equivalente, o *boy* vai para trás. E o *boy*, embora estivesse sentado ao lado dele, era de outra raça, e não só por causa da pele: aquele homem só comia à noite, como se não tivesse as mesmas necessidades que o branco.

Também me interessei pelo lado histórico. Tinha feito minha dissertação de licenciatura sobre a ideologia colonial francesa no pós-Primeira Guerra. Não era um trabalho de campo, era só um estudo de bibliografia. Mas eu tinha reparado naquela ideologia colonial de “pequenos brancos”, isto é, não de grandes empresários, mas militares, padres, funcionários públicos, professores e pequenos comerciantes. E aquela colonização de pequenos brancos produz uma ideologia diferente daquela dos grandes empreendedores.

Quando entrei no país, eu não sabia nada de Moçambique, nada de colonização portuguesa, mas eu pensei: “Estou em terreno conhecido, porque se trata de mais uma colonização de pequenos brancos”. O interesse histórico para o tipo de colonização e o interesse, como jovem marxista, para ver a aplicação – que, para mim, era um tanto quanto estranha – do socialismo em Moçambique foram o início de

---

2 Frente de Libertação de Moçambique, força política fundada em junho de 1962, que, antes, tinha como objetivo central lutar pela independência de Moçambique do domínio português. Tomou o poder em 1975 como partido único. Com o fim da guerra civil (1977-1992), realizaram-se as primeiras eleições multipartidárias em 1994, e a FRELIMO foi considerada vencedora. O partido voltou a ganhar as eleições seguintes, em 1999, 2004 e 2009, continuando a assegurar, ainda hoje, depois de mais de cinquenta anos de sua fundação, o governo.

tudo. Depois, constatei que havia pouca gente na França estudando a colonização portuguesa na África. Havia só um investigador, René Pélissier, grande especialista da conquista militar colonial. Foi assim, e não foi fácil, porque, durante dez anos, eu fui professor do secundário. Entrei no CNRS apenas com 35 anos.

**Revista Plural** *Já que mencionou a esquerda, em seu livro Os outros: um historiador em Moçambique, de 1994, o senhor se posiciona como da geração da esquerda pós-Maio de 68. Por que esse posicionamento?*

**Michel Cahen** Porque realmente se trata de uma geração política. Nasci em 1953, um pouco após a libertação da França da Segunda Guerra. O partido comunista já diminuía, mas ainda estava forte: tinha 20% da votação. Meus pais eram comunistas, então nasci de esquerda. Não é minha culpa, foi assim! No entanto, não tive exatamente as mesmas ideias que meus pais. Cada um tem suas próprias ideias. Mas acho que compartilhamos os grandes valores – república, igualdade, laicidade, a crença em um Estado que garanta o progresso social, o objetivo da socialização dos meios de produção, etc.

Depois, quando estudante secundário, distribuía panfletos todos os dias na porta do Liceu. Era um ambiente de muita militância. Ainda que na USP se possa ver isso, lá era muito mais. Não sei bem se Maio de 68 foi uma revolução, mas foi um movimento revolucionário internacional; não só estudantil, também operário. Houve um Maio de 68 na França, Itália, Polônia – que ainda era uma ditadura stalinista –, houve em Dakar. Em Portugal não houve um 68 propriamente dito, mas um 69: o grande movimento contra a guerra colonial e a greve estudantil em Coimbra. Era todo um ambiente, uma cultura. Havia muitas correntes marxistas de todas as espécies, anarquistas, correntes de direita e, obviamente, fascistas. Havia uma grande ebulição política. Aos poucos isso cessou. Mas, realmente, quando a gente caía lá dentro, não podia escapar, era muito interessante. Para mim, culturalmente foi um período riquíssimo. Aliás, foi o período em que ascenderam os Foucault, os Bourdieu... Eu era muito jovem, mas era de fato uma riquíssima geração política. Eu me formei nela.

**Revista Plural** *Além da investigação documental, quais outros instrumentos metodológicos o pesquisador pode utilizar para compreender contextos específicos? De quais metodologias que não são especificamente históricas, ou da ciência histórica, o senhor já lançou mão em suas pesquisas, sobretudo no caso do período pós-colonial?*

**Michel Cahen** Sempre tenho um pouco de mal-estar em falar de metodologia,

porque suponho que tenho uma metodologia, mas me parece tão clássico e óbvio expô-la. A regra número um, obviamente, é saber identificar as categorias de cada fonte. Por exemplo, nas fontes arquivísticas, arquivos missionários não são a mesma coisa que arquivos da PIDE<sup>3</sup>. Mesmo o arquivo da PIDE não é a mesma coisa que o arquivo da Administração Colonial. Digo isso porque cada instituição tinha seus próprios interesses. Então, uma “fonte” pode ser a marca de uma luta interna. Há a chamada *littérature grise* – literatura cinzenta –, isto é, o que está escrito, mas não publicado, relatórios e teses, por exemplo, e há as fontes orais.

Uma regra de ouro para fazer entrevista é que, para a entrevista ser rica, é preciso saber o máximo possível de coisas sobre o assunto, sobre a pessoa. Daí uma relação permanente entre fontes escritas e orais. Nem sempre é possível, mas esse é o imperativo, porque, caso contrário, passar-se-á ao largo de muitas coisas que os entrevistados dirão. Por exemplo, pouco depois do fim do partido único, em 1994, quando estava na foz do rio Save, em Moçambique, fazendo entrevistas, entrevistei uma pessoa que disse: “Eu sou população. Eu sou população”. Você não pode perceber o significado disso se não tiver conhecimento da cultura política da FRELIMO. Porque esta não reconhecia a relevância das sociedades africanas, nunca falava em sociedade Ndaou ou em sociedade Chope ou em “povos” (com “s”) de Moçambique; não reconhecia como relevante a organização tradicional das sociedades africanas; para eles, só havia indivíduos separados, pois o povo devia ser “organizado”, e os que não eram “organizados” (isto é, membros do partido ou de uma das organizações de massa) eram somente “elementos da população”. Então, aquela pessoa reinterpretava o vocabulário político das estruturas, quando dizia: “Eu sou população”. Se não conhecesse bem a cultura política da FRELIMO, eu poderia dizer: “O quê?”. E a pessoa teria repetido: “Sim, eu sou população!”. Isso, em outras palavras, quer dizer: “Eu sou um elemento da população e, por isso, não tenho cartão do partido”. Trata-se de um minúsculo exemplo. Mas, para fazer um bom trabalho de entrevista, de memória oral, deve-se conhecer o máximo possível de coisas.

Outra dificuldade na coleta de entrevistas, que eu tive com antigos militares coloniais, mas que é uma dificuldade que pode existir para outros entrevistados, é a seguinte: uma pessoa que viveu um acontecimento histórico viu, sabe e tem a impressão de que ele é a história, porém, na verdade, ele não é *a história*, mas só uma *fonte para a história*. Eu, branco, francês, vinha de fora; e ele esteve lá. E sou eu que, bem ou mal, com o depoimento dele, confrontando com o que encontrei

---

3 Polícia Internacional e de Defesa do Estado, órgão da ditadura salazarista portuguesa.

nos arquivos, talvez confrontando com outros depoimentos orais, vou escrever a história.

Há uma outra dificuldade, idêntica para a antropologia e para a sociologia, que não se pode resolver: é preciso ter sempre consciência de que, se uma pessoa aceita ser entrevistada, é que ela tem certo interesse. Pode ser um interesse de prestígio na situação local, pode ser comercial, porque ela pode pensar que depois da entrevista você irá pagá-la – eu nunca pago, mas posso dar um pacote de açúcar ou um pacote de sabão, afinal, se a pessoa gastou três horas para falar comigo, durante esse tempo não trabalhou na terra, por exemplo. Há o interesse, e o simples fato de você falar com aquela pessoa modifica a situação de que ela está falando, porque, talvez, se ela falasse de um mesmo acontecimento a um aldeão não soaria exatamente a mesma coisa.

Um colega da sociologia ou da antropologia poderia dizer exatamente a mesma coisa. Só que, para mim, a história, obviamente, é a rainha das ciências sociais, porque nós historiadores vamos fazer isso, mas também vamos focar nos arquivos e, se for possível, com uma longa duração. Por exemplo, a meu ver, não se pode compreender nada da guerra civil moçambicana sem recuar ao século XIX. Mas vamos falar disso depois.

**Revista Plural** *Suas investigações em torno da “África Portuguesa” se iniciaram com Moçambique. Quais são as principais diferenças – em traços gerais – entre a experiência colonial moçambicana, angolana, cabo-verdiana, santomense e guineense?*

**Michel Cahen** Bom, é uma pergunta gigante e particularmente difícil, mas muito importante, mesmo se for estudada somente a colonização no século XX. Isto é, o século XX colonial vai do Congresso de Berlim, em 1884-85, até 1975 – um século de 90 anos. Mas, para perceber as diferenças entre as colonizações nos cinco países, é preciso ver suas formações sociais. Há várias maneiras de se classificar, mas a diferença maior seria entre os três países da África continental (onde você tem uma sociedade africana que foi invadida, humilhada, explorada, parcialmente aculturada, mas que, afinal, preservou-se como sociedade africana) e os dois arquipélagos crioulos, São Tomé e Príncipe e Cabo Verde (onde não havia nenhuma sociedade africana, mas sociedades integralmente produzidas pelo colonizador, ainda que hoje sejam formadas por uma esmagadora maioria de pessoas negras ou mestiças escuras).

A formação social em Cabo Verde e São Tomé não é uma formação com linhagens, etnicidade, clãs, tabus alimentares, classes de idade, etc. Essa é a primeira



diferença e que tem consequências políticas fortes. Por exemplo, penso que Cabo Verde, com certeza, e São Tomé também são Estados-Nações, porque a modernização, a destruição das etnicidades africanas e a modernização autoritaríssima foram feitas pela escravatura. Obviamente, pode haver algumas diferenças entre a Ilha de Santo Antão e a ilha de Santiago, mas não são bem etnicidades. Toda a gente é crioula, do mais rico e mais claro ao mais pobre e mais negro. A “crioulidade” é um fato nacional. Em contrapartida, na África continental, o que é o território da Guiné? O que é o território de Angola? O que é o território de Moçambique? Ora, são pedaços que foram divididos e recortados pelos colonizadores; não só pelos portugueses, porque aquelas formas territoriais são resultados de negociações inter-imperialistas, isto é, feitas por gente completamente ignorante acerca do terreno.

Dos vinte e cinco maiores grupos étnicos de Moçambique, vinte e três continuam além da fronteira, mostrando que aquele território não tem nenhuma relevância a não ser colonial, o que obviamente põe um problema gigante quando se deseja criar em poucos anos um novo Estado-Nação. Isso produz a política de impor a “nova nação” à realidade das nações pré-coloniais. Então, essa já é uma diferença maior entre os arquipélagos crioulos e as colônias continentais.

Depois há muitas outras diferenças, mesmo entre Angola e Moçambique, que são dois países da África continental, ou dois países da África bantu, mas mesmo assim com muitas diferenças. Angola, por exemplo, sofreu muito mais que Moçambique com a escravatura. Ainda hoje a população de Angola é muito menor que a de Moçambique, quando o território angolano é maior que o moçambicano. Outra diferença é que, em Angola, Luanda sempre foi a capital, o que fez com que a pequena elite crioula, que sofreu o branqueamento colonial durante o século XX, conseguisse manter algumas posições. E a elite crioula, os “novos assimilados”, como dizia a socióloga francesa Christine Messiant, era mais numerosa em Angola que em Moçambique. Em Moçambique, a passagem da primeira idade colonial escravocrata e mercantil ao capitalismo colonial teve consequências geopolíticas importantes, diferentemente de Angola. Isso porque, quando o Banco de Portugal decidiu que era mais rentável fazer de Moçambique uma economia de serviços para o Hinterland colonial britânico, mudando a capital da Ilha de Moçambique (que exprimia o velho Moçambique colonial, que era do Índico, da zona swahili, a ilha do Ibule, Mousuril, Angoche, Quelimane, Tete) para Lourenço Marques (hoje Maputo), esse velho Moçambique foi completamente marginalizado.

Essas são diferenças coloniais, mas com consequências atuais – por exemplo, para a guerra civil. Em Angola, a guerra civil começa antes da independência.

Havia três principais movimentos anticoloniais, o MPLA<sup>4</sup>, a UNITA<sup>5</sup> e a FNLA<sup>6</sup>, que não tinham a mesma história. O MPLA era, e estou simplificando bastante aqui, o produto das antigas elites de Luanda, com base étnica majoritariamente – não exclusivamente – *mbundu*. O FNLA era uma expressão do antigo reino do Congo. A UNITA, que surge mais tarde, correspondia aos herdeiros dos pequenos reinos do centro-sul de Angola que vendiam milho aos portugueses. Assim, o MPLA é formado por pessoas lusófonas de nascimento, majoritariamente católicos e, quando protestantes, majoritariamente evangelistas; a FNLA também é composta majoritariamente por católicos, mas, quando protestantes, a maioria é batista; e os da UNITA, quando são protestantes, são majoritariamente congregacionalistas. Linguisticamente, etnicamente, culturalmente, socialmente – os que vivem na cidade, os que vivem no campo, os que são socializados em Kinshasa, a capital do Congo Belga – e religiosamente, são grupos completamente diferentes. Angola não existe como nação, mas, como a capital sempre ficou em Luanda, desde o século XVI, o sonho de cada um é tomar o poder em Luanda. Nunca houve tentativas, a não ser o caso de Cabinda, de partilhar Angola em três.

Em Moçambique, só houve um movimento, o que não significa que houve um processo de unificação. Isso porque a FRELIMO surge não da fusão de três organizações regionais, como diz a história oficial, mas, pelo que expliquei da marginalização completa do velho Moçambique colonial, as outras expressões, a não ser aquela do sul, não tiveram as forças culturais e políticas para se organizar e mesmo para se unificar. Não há, assim, uma unidade em Moçambique; há uma unicidade logo no início.

Depois, na guerra civil em Angola, há uma guerra entre a UNITA e o MPLA, dois movimentos de libertação. A UNITA realmente quer vencer o MPLA; e ela foi tão apoiada pela África do Sul – com aviação e tanques – que quase se transformou em um exército profissional. Quando ocorreram as eleições, em 1991, a UNITA não conseguiu se recivilizar, no sentido de retornar ao civil, e perdeu as eleições.

No caso de Moçambique, a RENAMO<sup>7</sup> também é apoiada pela África do Sul, mas com menor intensidade. O que a África do Sul dá à RENAMO? Só as passagens de aviões de pequeno porte para dirigentes e o material de rádio. Não dá tanque, nem armas pesadas, o que vai obrigar a RENAMO a tecer, de certa maneira, ligação

---

4 Movimento Popular de Libertação de Angola, que governa o país desde sua independência, em 1975.

5 União Nacional para a Independência Total de Angola, partido angolano fundado em 1966.

6 Frente Nacional de Libertação de Angola, cuja origem remonta a 1957.

7 Resistência Nacional Moçambicana.



com a população. A UNITA, por outro lado, precisa da população só para recrutar soldados; ela tinha os diamantes. O MPLA tinha o petróleo; e a RENAMO não tinha nada, por isso tinha que tecer ligações com o povo. Então, no caso de Moçambique, a trajetória da RENAMO vai do militar – no início, não é um grupo de libertação, mas um grupo militar propriamente dito – ao político. Em suma, mesmo na guerra civil, os grupos rebeldes têm trajetórias diferentes: do político ao militar, no caso da UNITA, e do militar ao político, no caso da RENAMO, o que explica como a RENAMO conseguiu sua virada em 1994, enquanto a UNITA faliu completamente (pelo menos politicamente falando).

**Revista Plural** *Conforme a estrutura do curso que o senhor ministrou na USP sobre a História da África Portuguesa, o domínio português no território africano pode ser dividido em períodos específicos e/ou diferenciados. Quais são as continuidades e as mudanças na política colonial portuguesa até 1975?*

**Michel Cahen** A grande periodização é, para mim, a passagem do fim da primeira idade colonial para o capitalismo colonial. A primeira idade colonial é o colonialismo mercantil e escravocrata, que já era integrado ao sistema-mundo capitalista, mas era o sistema-mundo capitalista do capitalismo mercante, isto é, não era relativo ao modo de produção capitalista. É sempre muito difícil dizer que uma dada época histórica parou em uma data precisa. Na realidade, há períodos de transição. Mas, digamos, entre 1878 – a proibição oficial final da escravatura em domínio português africano – e 1895, isto é, o momento maior da conquista efetiva do território, pode-se dizer que é o final da primeira idade colonial. E, então, entra-se na segunda idade colonial, que é realmente o capitalismo colonial, o que não quer dizer que é sempre o modo de produção capitalista que é implantado na África. O trabalho forçado não é uma forma de exploração do modo de produção capitalista, mas sua extensão massiva por toda a África, e em particular a portuguesa, explica-se pela fase imperialista do capitalismo europeu, isto é, a dominação mundial do modo de produção capitalista. O trabalho forçado, embora não diretamente integrante do modo de produção capitalista, explica-se só porque fez parte do capitalismo colonial, bem integrado no sistema-mundo capitalista.

Aquela segunda grande época se pode subdividir em vários períodos. Pode-se dizer que há um primeiro período, de 1878, ou do Congresso de Berlim (1884-85), à Revolução de 5 de outubro de 1910, embora isso já seja discutível, porque é uma “calendarização” óbvia para a metrópole, mas, nas colônias, a passagem da monarquia liberal para a República não é em si uma data importante. A data mais importante para abrir o novo período será o fim da Primeira Guerra Mundial, que

deixa Portugal em um estado de ruína financeira completa, mas, nas colônias, a República vai tentar entrar em uma política de desenvolvimento colonial, com o regime dos Altos Comissários, e isso vai até a ditadura, estabelecida em 1926. Depois do período da ditadura, 1926-1930, entra-se no do Estado Novo, que vai durar até o fim (1974). No entanto, o Estado Novo, na África, pode ser também subdividido em pelo menos três subperíodos. Primeiramente, de 1930 até 1942, período durante o qual, por causa do “gelo” provocado pela política monetarista do regime de Salazar, não se vai mudar absolutamente nada – são somente poupanças e poupanças e equilíbrio orçamentário. Mas, após isso, em seguida, a partir da Segunda Guerra Mundial até o final dos anos 1950, é o que chamo de subperíodo de arcaísmo colonial, isto é, no momento em que os outros impérios vão evoluir, o salazarismo vai entrar em uma política de crescimento econômico sem mudança estrutural, só acrescentando a intensidade da exploração colonial. É flagrante a questão do trabalho forçado, que desaparece nos outros impérios coloniais, entre 1945 e 1947, e que, ao contrário, nesse momento vai se expandir consideravelmente em Angola e em Moçambique e até na Guiné.

Finalmente, temos a grande virada que ocorre não só em 1961, mas já alguns anos atrás – o que sempre se diz é que é por causa das lutas de libertação que os fascistas vão tentar reformas, o que é verdade, mas não é a totalidade das causas. A economia colonial fundamentada no trabalho forçado já estava em crise no final dos anos 1950 e já não interessava aos setores mais modernos da burguesia portuguesa. Logo em 1958 há tentativas de modernização. É o momento em que Adriano Moreira, que ainda não é ministro do Ultramar, transforma a Escola Colonial no Instituto Superior de Estudos Ultramarinos. Com isso, há novos rumos na pesquisa. Quando Jorge Dias, o antropólogo, vai para a África conhecer a situação real, há tudo isso. Jorge Dias não faz nada mais do que o próprio Henrique Galvão tinha feito nos anos 1940; só que, nos anos 1940, Galvão escreveu seus relatórios críticos e foi marginalizado. Naquela altura, dos fins dos anos 1950, já não se podia marginalizar. Quando Jorge Dias vai para os Makondes, no norte de Moçambique, ele vê realmente que a situação está explosiva, e ele não pode ser marginalizado por ter escrito um relatório sobre isso: o poder tem que olhar para ele.

Então, a virada não é em 1961, e sim de 1958 a 1962, isto é, entre o momento em que a crise da economia colonial já é patente (no final dos anos 1950) – o que provoca algumas tentativas de reflexão mais liberal – e 1962, que é o fim do Código do Trabalho Indígena (depois do fim do indigenato, em 1961). É o último subperíodo que se abre, até 1975, o que é bem interessante e fica insuficientemente

estudado, tanto em Moçambique como em Angola, apesar da publicação recente do livro de Cláudia Castelo.<sup>8</sup>

Em Angola, há um impulso de fortíssimo crescimento econômico, de um fortíssimo crescimento da população branca, o que traz também suas contradições. A industrialização se faz em primeiro lugar para as necessidades da população branca, mas traz também certa tendência à autonomia das colônias para com Portugal – isso vai ser muito nítido a partir dos anos 1970, isto é, no final – no final do final –, Angola e Moçambique se afastam economicamente da metrópole, isso porque compram mais e mais produtos manufaturados e equipamento moderno, não em Portugal, mas em outros países, porque Portugal é incapaz de dar os produtos industriais que vão servir para a modernização de Angola e Moçambique. Essas colônias são proclamadas “estados”, à imagem do “Estado da Índia” (Goa), o que não lhes dava uma independência política, mas ilustrava uma evolução para mais autonomia colonial. No plano econômico, até o algodão pôde então ser vendido pelas companhias algodoeiras não só a Portugal, mas a quem quisesse no mundo, segundo as regras do mercado, o que significa que o antigo pacto colonial e o antigo condicionamento industrial já estavam em crise completa – é o que chamei de “neocolonização dentro da colonização”.

Angola e Moçambique, muito mais do que as outras colônias, estavam já concretamente afastando-se da metrópole, já estavam transformando-se em países da África – neocolonial, obviamente. Mas, mesmo assim, ainda estávamos dentro da colonização até 1974/1975.

**Revista Plural** *A seu ver, como se dá a relação entre Brasil, Portugal e PALOPS (países africanos de língua oficial portuguesa) na atualidade? Existe de fato uma comunidade lusófona? De que forma lusitanidade e lusofonia se diferenciam?*

**Michel Cahen** Em geral, você pode ver que a CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa) foi formada só em 1996, e a descolonização foi em 1975. Então, foram necessários 21 anos após a descolonização para haver uma organização que fosse mais que a antiga comunidade luso-brasileira que existia já no tempo de Salazar. Não foi nada fácil, porque, durante muito tempo, durante o período radical, os cinco PALOPS preferiam ter sua própria organização só de países africanos, que não era só o fato de falar português, mas também era uma geração política, aqueles quadros que tinham sido formados em Rabat, em Ar-

---

8 CASTELO, Cláudia et al. *Os outros da colonização: ensaios sobre o colonialismo tardio em Moçambique*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2012.

gel, do tempo da CONCP (Coordenação das Organizações Nacionalistas das Colônias Portuguesas); foi mesmo um efeito de geração política. E também porque já havia guerra civil em Angola, e o regime do MPLA acusava Portugal de não o apoiar suficientemente; nomeadamente quando Mário Soares, o líder socialista, era presidente da República e era acusado de manter ligação com a UNITA, o que era verdade.

Mário Soares tentou manter uma política equilibrada entre MPLA e UNITA, o que era inaceitável para o MPLA, pois Angola sempre recusou entrar no projeto da CPLP enquanto Mário Soares ainda era presidente.

Isso é uma divergência política, mas às vezes as divergências políticas não explicam tudo. Por exemplo, o MPLA tomou o poder em 11 de novembro de 1975. Na altura, aqui no Brasil, estávamos em plena ditadura militar. Há um partido marxista-leninista que toma o poder lá em Luanda, o Brasil está na ditadura militar de extrema direita e, mesmo assim, é o primeiro país do mundo a reconhecer o regime do MPLA. Obviamente, aqui a ideia não era de que havia uma proximidade política entre os militares de lá e os militares daqui; talvez houvesse, mas a ideia era de que a história entre Angola e Brasil é uma história muito longa. Culturalmente, o Brasil já era bem próximo de Angola (mais exatamente próximo da elite crioula que dominava o MPLA), e, claro, havia a questão do petróleo. Aliás, foi por essa razão que o segundo país que reconheceu o regime do MPLA foi a França, de Giscard d'Estaing, também de direita. Quer dizer, a língua portuguesa, em si, não foi suficiente para criar uma organização. Deve-se reparar que, por exemplo, quando a CPLP é criada em 1996, São Tomé, Cabo Verde e Guiné-Bissau já eram membros da francofonia, e Moçambique já era membro da Commonwealth. Isto é, as antigas colônias portuguesas da África aderiram, em primeiro lugar, a organizações internacionais de outras “fonias”, antes da CPLP. Depois entraram na CPLP, mas a adesão a ela é diferente para cada país. Para Portugal, era mesmo um imperativo nacional: “Nós somos um pequeno país”; e “Nós precisamos ser grandes”. Então, com a organização da CPLP, vamos poder projetar a pequena nação portuguesa em um espaço maior. No Brasil, só uma pequena camada da população se interessou; por exemplo, as pessoas em volta de José Aparecido de Oliveira, muitos herdeiros de Gilberto Freyre, para quem refortalecer as relações entre Portugal e Brasil era uma necessidade.

Eu penso, porém, que a grande maioria da intelectualidade e dos meios econômicos do Brasil não ligava muito para a criação da CPLP. Aliás, quando houve a criação da organização, nos jornais portugueses, todos os dias, na primeira página, havia um título sobre a CPLP. No Brasil, na página 16, na página 20, uma pequena

notícia, mas nada importante, o que não impediu o presidente da República brasileiro de humilhar um bocadinho Portugal, pois, quando se começou a discutir o orçamento da CPLP, Portugal diz: “Nós vamos dar ‘x’”; e o presidente brasileiro diz: “Nós vamos dar só dez vezes mais”. Não sei realmente se fez isso, mas é o que foi dito. E, para os países africanos de língua oficial portuguesa, a adesão foi mais instrumental: ser membro de mais uma organização internacional que podia dar um bocadinho de dinheiro, que podia dar certa força de expressão.

Então, para Portugal, a criação da CPLP é, digamos, identitária. Para os países africanos de língua portuguesa, é uma mera ferramenta na política internacional. Para Timor Leste, quando recuperou a independência em 1999, pode ser mais importante, porque, realmente, Timor está cercado pela Indonésia, de um lado, e pela Austrália, de outro lado. No caso, ser membro de uma organização que não tem nada a ver com a região dá a Timor Leste uma pequena ferramenta para afirmar sua independência, de qualquer maneira frágil. E, hoje em dia, as relações não são sempre boas entre os oito membros. As relações são boas entre Portugal e Brasil; são boas para os PALOPS e o Brasil, pois o Brasil nunca põe condicionantes políticos – se houver problemas de direitos humanos na África, o Brasil fica caladinho. Mas as relações são péssimas, hoje em dia, entre Angola e Portugal. Sempre foram péssimas, pois o regime do MPLA sempre desprezou completamente as relações com Portugal, porque, para Portugal, Angola é muito importante, mas, para Angola, Portugal não é importante. E, como a justiça portuguesa é independente – uma coisa completamente incompreensível em Angola, onde o juiz obedece ao poder –, como há várias queixas por corrupção contra altos dirigentes angolanos em Portugal, para o MPLA isso significa que o poder político de Portugal faz uma guerra judicial contra eles, pois nem pode imaginar uma justiça independente.

Hoje em dia, dizem que Portugal está impedindo a entrada de capitais e investimentos angolanos em seu território, o que é de rir, quando se sabe que a filha do presidente, Isabel dos Santos, adquiriu muitíssimas participações em grandes empresas de Portugal. E é de se rir, mas as relações foram sempre bastante difíceis.

Com relação a Guiné-Bissau, hoje as relações são muito difíceis, pois a situação da Guiné é muito complicada com o golpe de Estado e o tráfico de drogas. Contudo, realmente o pior do pior são as relações entre Angola e Portugal. Com Moçambique, as relações são de nível bastante baixo, mas são boas.

**Revista Plural** *Volto mais especificamente ao país do qual o senhor tem maior conhecimento. Tendo em conta todo o processo de avanços legislativos em Moçambique, o que pensa da democracia moçambicana hoje?*

**Michel Cahen** Eu parto do princípio de que as sociedades africanas precisam de tanta democracia quanto as sociedades europeias ou as americanas. As sociedades africanas são muito heterogêneas e não tiveram a mesma história que as sociedades europeias. Isso é um fato. Mas, sendo muito heterogêneas, nunca poderão ser exprimidas por um único partido político. Então, para mim, é muito racista dizer que na África era melhor um partido único para se “construir a nação”. Para essa construção, quer dizer, para que uma comunidade de cidadãos se sinta bem e garanta seu progresso econômico, social e cultural, é preciso que haja uma democracia pluralista. Não há democracia se não for pluralista. Democracia quer dizer o poder para o povo, e o povo é pluralista e heterogêneo. Tal é o princípio de que eu parto.

O que deu fim à guerra civil em Moçambique foram os acordos de Roma, de 1992; só que eles não foram celebrados para democratizar, mas para pacificar. Em Moçambique, houve uma abertura, não democratização, porque a fusão entre partido (FRELIMO) e Estado permaneceu. Ela era muito forte no tempo de Samora Machel<sup>9</sup>, enfraqueceu um pouco no tempo de Joaquim Chissano<sup>10</sup> e voltou a ser muito forte atualmente no governo de Guebuza<sup>11</sup>. Porém, mesmo não havendo uma verdadeira democratização, pode-se perceber que, por existirem vários partidos, o processo já se desenrolou de uma forma melhor do que se desenvolveria se houvesse um único partido. Então, a situação de Moçambique, hoje, mesmo com a FRELIMO hegemônica, é melhor do que no tempo do partido único. Agora, a democracia e a democratização são elementos enraizados no país? Acredito que não. O MPLA em Angola e a FRELIMO em Moçambique estão dispostos a tudo para se manterem no poder – para nunca perderem as eleições.

Quando das eleições de 1999 em Moçambique, provavelmente Dhlakama<sup>12</sup> tenha vencido as eleições presidenciais, mesmo se a RENAMO não tenha vencido as legislativas. Mas, para a comunidade internacional, a FRELIMO e Joaquim Chissano se manterem no poder era a melhor opção. Eu penso que, se a oposição crescesse lá em Moçambique ou em Angola, FRELIMO e MPLA fariam exatamente a mesma coisa que foi feita no Zimbábue, isto é, desenvolveriam uma violência de massa

---

9 Samora Moisés Machel foi o segundo presidente da Frente de Libertação de Moçambique, depois do assassinato de Eduardo Mondlane, e se tornou o primeiro presidente da República Popular de Moçambique da independência, em 1975, até 1986, quando morreu em um acidente de avião em Mbuzini.

10 Joaquim Alberto Chissano foi o segundo presidente do país, de 1986 a 2005.

11 Armando Emílio Guebuza é o atual presidente do país.

12 Afonso Macacho Marceta Dhlakama é o atual presidente da RENAMO (Resistência Nacional Moçambicana), o principal partido político da oposição em Moçambique e antiga rebelião apoiada pela África do Sul.



contra a democratização. Talvez, porém, isso nem fosse necessário, porque hoje a melhor forma de se ganhar as eleições não é necessariamente a fraude. Quer dizer, a fraude, antes das eleições propriamente ditas, está na maneira como se faz o recenseamento eleitoral mais intensivo, por exemplo, nas zonas que são a favor do poder, deixando as populações menos recenseadas nas zonas que são da oposição. Também é possível verificar, nas zonas favoráveis ao poder, que as pessoas não estão vivendo a mais de 20 quilômetros da mesa eleitoral. Já nas zonas de oposição, essa distância pode chegar a 40 ou 50 quilômetros. Quer dizer, há muitas formas de fraudes antes das eleições.

Há outra circunstância importante: o Estado pratica o neopatrimonialismo, pois todo o mundo percebe que é melhor estar do lado do poder para viver bem do que estar contra ele. Se quiser se tornar professor do primário, tem que ter o cartão de membro do partido. Se quiser entrar no hospital para ser enfermeiro, tem que ter o cartão. Se for comerciante e precisar de um crédito no banco, tem que ter o cartão, etc. Ou seja, há poucos lugares no país – um deles é a universidade – onde uma pessoa que não tem o cartão do partido hegemônico pode ter a vida que a lei prevê. Assim, as pessoas sabem que terão mais alimentos ou mais socorro se tiverem o tal cartão. As pessoas perguntam: “O que traz a RENAMO? O que traz a UNITA? Elas não vão me dar de comer. Então, é melhor eu ter o cartão da FRELIMO ou do MPLA”. Isso não significa que ter o cartão é aceitar aquele poder ou reconhecê-lo como tal. Talvez eu esteja a favor da oposição, mesmo tendo o cartão. Talvez, em certa situação, mesmo tendo cartão do MPLA, eu possa votar na UNITA, ou, tendo o cartão da FRELIMO, eu possa votar no MDM.<sup>13</sup>

Há também a violência. Ainda não se trata de uma violência de massa, como no Zimbábue, mas hoje em dia, em Moçambique, muitas sedes do MDM e da RENAMO são atacadas e queimadas, sem razão qualquer, só para intimidar, só para mostrar à população que é melhor não estar com a oposição. Não sei no que isso vai dar, tampouco estou falando dos incidentes armados que tiveram lugar muito recentemente no centro do país, entre a RENAMO e a polícia da FRELIMO. Estou falando, na verdade, da vida normal. Quando o MDM quer fazer um desfile em uma cidade qualquer, é proibido; quando põe a bandeira do partido, ela será queimada. Enquanto isso, podem ser vistas bandeiras da FRELIMO em toda a parte. É mesmo a cultura política do vencedor, que deve ter tudo, do Estado central a cada pedaço de terreno.

---

13 O Movimento Democrático de Moçambique é um partido político criado a partir de uma dissidência da Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO). Seu líder é Daviz Simango.

No entanto, apesar de tudo, acredito que seja melhor essa situação de partido hegemônico do que uma situação de partido único, porque, não obstante os problemas que acabei de citar, em Angola e em Moçambique há uma imprensa – que uma pequena parte da população pode ler – que escreve coisas bem interessantes; pode-se dizer que há uma imprensa livre (mais em Moçambique do que em Angola). Para bem me fazer entender, vou fazer outra comparação, relativa à África do Sul ainda do tempo do *apartheid*. Quando, a partir do final dos anos 1970, os negros tiveram direitos de formar sindicatos, houve uma situação melhorada, com direito sindical para os negros, melhor do que a situação anterior de ausência desse direito. Podemos tomar outro exemplo, o do Marrocos, que é uma monarquia em que o poder do rei fica importante, mas também é um país onde há, pelo menos em alguma medida, pluralismo político. Eu prefiro um rei com certo pluralismo político do que um rei em Marrocos sem pluralismo político. Não quero dizer com isso que haja um processo de democratização. Não é. Mas é possível defender certa quantia de direitos democráticos. Esses direitos democráticos devem sempre ser defendidos.

**Revista Plural** *Como é possível encontrar em alguns de seus textos, por que o senhor acredita que a RENAMO é uma “agremiação conservadora e populista”?*

**Michel Cahen** Isso foi o título de um texto que escrevi logo após as eleições de 1994. Não foi um artigo de investigação, mas uma espécie de relatório na imprensa. Com isso, queria mostrar que havia uma formidável inversão nas trajetórias dos dois partidos, FRELIMO e RENAMO. A FRELIMO provinha do marxismo-leninismo, era uma organização oficialmente anticapitalista; mas, depois da virada neoliberal, a partir de 1987, e nitidamente quando chegamos no período de paz (1992) e das primeiras eleições pluralistas (1994), constata-se que a FRELIMO passa a ser o partido natural dos setores mais burgueses e capitalistas da elite moçambicana. A RENAMO, em contrapartida, vem de uma posição oficialmente anticomunista – mesmo sendo discutível o que isso quer dizer –, de uma posição pró-capitalista, aliada ao *apartheid*. Contudo, ela recrutava muito pouco nas elites, e efetuou seu recrutamento nos mais pobres, nos “pés descalços”. Então, há um cruzamento incrível quando o partido de origem marxista-leninista torna-se o partido dos setores mais burgueses da elite moçambicana e o partido de orientação conservadora, o partido capitalista pró-*apartheid*, torna-se o partido dos mais desfavorecidos. Isso não quer dizer que a RENAMO exprima a ideologia da classe operária e do campesinato moçambicanos. Absolutamente não. O antropólogo Christian Geffray mostrou que houve setores do campesinato que ficaram fiéis à FRELIMO.

A RENAMO – quando segui aquela campanha eleitoral em 1994 – era um partido conservador. Em seus discursos, soavam *slogans* do tipo: “Abaixo a aldeia comunal!”; “Viva o chefe tradicional!”; “Viva a família!”. Quer dizer, podia-se realmente dizer que era uma organização *reacionária* no sentido literal do termo, na medida em que exprimia uma tendência no campesinato que queria *voltar* à situação antes da FRELIMO, e talvez voltar à situação antes da chegada dos portugueses, de um retorno à vida tradicional africana. Pelo menos esse era o discurso, porque, substancialmente, penso que Dhlakama não tinha vontade nenhuma de viver como no século XIX, já que ele é um homem moderno.

O discurso era também populista porque se faziam promessas demagógicas. Quando Dhlakama falava ao povo, para milhares e milhares de pessoas na zona Macua, por exemplo, falava em construir universidades em todos os lugares, aumentar salários, acabar com a fome, construir hospitais, enfim, fazia promessas de elevação do nível de vida da população, mas sem nenhum projeto político que explicasse como fazê-lo. Como se vê, era uma orientação conservadora e populista ao mesmo tempo.

Mas o artigo que você citou, “A RENAMO, o grande partido conservador populista”<sup>14</sup>, não era bem um artigo conceitual, mas um artigo didático escrito imediatamente depois das primeiras eleições para explicar esse formidável cruzamento de trajetórias entre um partido pós “marxista-leninista” e capitalista e um partido pós pró-*apartheid* e pobre/populista. A FRELIMO também foi capaz de difundir uma cultura política, o que a RENAMO não foi capaz de fazer, tampouco o MDM. Isso mostrava que não havia nenhuma alternativa na cultura política em Moçambique. Há alguns que gostam da FRELIMO; há outros que a odeiam. Mas, no final, o fato é que sempre há um único modelo: a FRELIMO. O problema de Moçambique, para mim que sou um velho marxista (anti-stalinista), é que, no final das contas, nesse país só há partidos de direita, porque a FRELIMO, o antigo partido marxista-leninista, tornou-se um partido burguês-capitalista; a RENAMO, obviamente, é um partido de direita; e o MDM é um partido de centro-direita cristão. É verdade que essas palavras não têm muito sentido quando se tem em vista a condição concreta africana, porque os africanos não são livres para discutir verdadeiras alternativas, não podem sair da convenção de Lomé, não podem sair do Banco Mundial, não podem sair do Fundo Monetário Internacional; eles têm que ficar sempre dentro dos limites que o sistema-mundo capitalista impõe. Logo,

---

14 CAHEN, Michel. Renamo, o grande partido conservador-populista. *Savana*, Maputo, p. 7, 4 nov. 1994.

o espaço para as discussões possíveis é muito pequeno. O que se faz é negociar a subalternidade. Em Moçambique, há talvez apenas alguns pequenos partidos, sem assento parlamentar, que são um pouco de esquerda. Mas, com a história vivida, também não é fácil construir correntes de esquerda: como um jovem moçambicano hoje poderia ser atraído para o marxismo, quando para ele isso significa o dito “marxismo-leninismo”, isto é, o partido único?

O jovem moçambicano de hoje em dia que se opõe à FRELIMO vai pensar que deve se opor também ao marxismo. Então, todas as circunstâncias empurram as pessoas para posições de direita, muito embora ainda haja algumas ONGs, um pequeno e fraco movimento sindical ou alguns motins que põem problemas de esquerda na agenda – por exemplo, os motins que houve em Maputo, em setembro de 2010, quando a FRELIMO aumentou, no mesmo dia, o preço do pão, da gasolina, da eletricidade e do arroz. Isso significa que havia no país uma necessidade de expressão política, da pobreza e do desespero das pessoas. Aquele motim foi muito violento, no entanto, não enfraqueceu em nada o poder político da FRELIMO, porque não houve ninguém na oposição para exprimir politicamente o desespero.

Em alguns países africanos, há cerca de duzentos partidos políticos; em Moçambique, há vinte e cinco no papel e só três com assentos parlamentares. Pela razão que expliquei, aquela mudança da primeira idade colonial para a segunda marginalizou completamente uma parte gigante do país e marginalizou as antigas elites, de modo a produzir uma nova pequena elite no extremo sul. Isso enfraqueceu a base social para a pluralidade de partidos no país e facilitou uma situação em que a FRELIMO monopolizou o imaginário nacional.

Globalmente, não há debates políticos alternativos, embora, mesmo sem voltar à alternativa capitalismo/socialismo, podia-se inventar outra maneira de conceber o país, como, por exemplo, mudando a capital. A capital no extremo sul não faz sentido algum, não representa o país e provoca gastos consideráveis do ponto de vista orçamentário. Penso que o melhor lugar para a capital moçambicana deveria ser ou Quelimane ou uma nova Brasília, digamos, uma cidade nova, qualquer lugar na Zambézia – que é o centro do país. Depois, podia-se proceder à construção de uma estrada de ferro, norte-sul, de unidade nacional – porque hoje as estradas de ferro são exatamente as mesmas do tempo colonial. Do Índico para o Hinterland britânico, a FRELIMO não modificou em nada a estrutura colonial dos transportes. Em seguida, reconhece-se oficialmente a etnicidade como uma coisa historicamente enraizada, positiva, que exprime culturas populares e a partir da qual se deve produzir a democracia em Moçambique. Não se trata de “eticizar” o Estado, mas de reconhecer a população tal como é, com a existência de nações

pré-coloniais, e permitir a democratização de sua expressão. Por exemplo, a FRELIMO manteve quase exatamente os mesmos limites das províncias e dos distritos dos portugueses. Ora, a organização territorial colonial obviamente não era feita para representar bem as identidades das populações. Por exemplo, no centro do país, da fronteira do Zimbábue até o Índico, simplificando o mapa, os vandaus vão do leste a oeste, os manicas e teves estão no nordeste e centro, e os senas estão espalhados no norte e na Beira, mas as províncias de Manica e Sofala são exatamente norte-sul, cortando completamente os grupos etnonacionais. A FRELIMO manteve isso. Quer dizer, as províncias não são feitas para representar as populações, representam o Estado central nas subdivisões do território. Não estou dizendo que deve haver uma província, por exemplo, só para os macuas, com limpeza étnica, mas deve haver uma província que reagrupe os lugares onde os macuas são majoritários. Isso não impedirá em nada que todos os moçambicanos presentes lá tenham os mesmos direitos de cidadania, mas a estruturação territorial deve exprimir da melhor maneira possível as realidades socioculturais. Modificando as províncias, será mais facilmente possível implementar o bilinguismo total do Estado com co-oficialização local (o português mais a língua falada no lugar), alfabetizar nas línguas africanas, o que pode ajudar na aprendizagem do português, inclusive, continuar com bilinguismo durante todo o ciclo escolar, etc. Se for em uma zona shangana, tudo em português e shangana; se for em uma zona makonde, tudo em português e em xi-makonde; se for em uma zona macua, tudo em português e em emacua, etc. Essas medidas não são meramente culturais, são relativas a outro funcionamento do Estado, outra formação e circulação de funcionários públicos, outra autoestima moçambicana, outra modernidade.

Todas as possibilidades de imaginar o país de uma maneira diferente estão completamente ausentes nas propostas da RENAMO e do MDM. Esses partidos não foram capazes sequer de contestar o monopólio da FRELIMO no imaginário da nação. São contra a FRELIMO, querem substituí-la, mas para fazer o quê de diferente?

